



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 373/2024

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de **Maraú**, sediada na Rua das Amendoeiras, 296, Bairro Centro, Marau, Bahia, CEP 45.520-000, Estado da Bahia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 10.024/2019, do Decreto Municipal nº 1.269/2020 e do Art. 44, Inciso V do Decreto Municipal nº 1.968 de 05 de dezembro de 2022, e as exigências estabelecidas neste Edital.

TIPO MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR DO LOTE ÚNICO.

INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 12 de junho de 2024 às 08:00 horas

FIM ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 25 de junho de 2024 às 10:00 horas

INÍCIO DA DIPSUTA DE LANCES: 26 de junho de 2024, às 10:00 horas

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada no ramo para aquisição de fardamento escolar para distribuição com alunos da Rede Municipal de Ensino, do interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2. A licitação será dividida em itens, todos agrupados em lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do Lote Único, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa O Credenciamento é o registro cadastral no sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC, <https://bnccompras.com>, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no <https://bnccompras.com>. deverá ser feito no Portal mantido pelo Bolsa Nacional de Compras – BNC, no sítio <https://bnccompras.com>.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e atendam as condições de credenciamento previstas neste edital.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.3. Não poderão participar desta licitação:

3.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.3.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

3.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

3.4.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

3.4.2. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

3.4.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

3.4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

3.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante deverá encaminhar junto à proposta e os documentos de habilitação às seguintes declarações:

3.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.5.2. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a não apresentação da declaração impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.3. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a não apresentação da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5.4. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.5.5. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;



- 3.5.6. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.5.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.5.8. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 3.5.9. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha no sítio Bolsa Nacional de Compras – BNC, <https://bnccompras.com>.
- 4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor unitário e total do item;**
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;



5.5.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

5.5.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

5.5.3 A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

5.6. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.6.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.6.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.13.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71,



inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, e julgado pelo valor total do lote.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$: 100,00(Cem reais).

6.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



6.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.27.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.27.1.1 prestados por empresas brasileiras;

6.27.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.27.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



6.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 1.269/2020.

7.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

7.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, constando ainda a informação de qual regime tributário adotado atualmente pela licitante, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

7.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

7.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.4.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.4.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.5 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.



7.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.9 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

7.10 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.11 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12.3 O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.15 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.16 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate



ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.1.5. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Municipal 1.269/2020.

8.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.6. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.7. Habilitação jurídica:

8.7.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.7.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.7.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.7.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ, bem como o QSA – Quadro de Sócios e Administradores;

8.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.8.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



8.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração ou outro documento da Fazenda Estadual ou Municipal, de acordo com a competência, do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.9. Qualificação Econômico-Financeira.

8.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.9.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação previstos, na forma do Parecer n. 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e Acórdão TCU n. 5686/2017-1ª Câmara

8.9.1.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.9.1.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.9.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \quad > \text{ ou } = \text{ a } 1,3$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \quad > \text{ ou } = \text{ a } 1,5$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad > \text{ ou } = \text{ a } 1,0$$

8.10. Qualificação Técnica

8.10.1 As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

8.10.1.1 Atestado de fornecimento dos produtos, com a mesma especificação exigida, discriminada ou similar, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui aptidão para o fornecimento e compatível em características com o objeto licitado;

8.10.1.1.1 O atestado de fornecimento também poderá ser apresentado através de contratos e/ou Notas Fiscais de fornecimento dos produtos ora licitados, devidamente autenticados.

8.10.2 OS PRODUTOS DEVERÃO SER DE BOA QUALIDADE (1ª LINHA). O QUE NÃO ATENDER A ESTA EXIGÊNCIA SERÁ DEVOLVIDO AO FORNECEDOR, DEVENDO O MESMO SER SUBSTITUÍDO, CORRENDO POR CONTA EXCLUSIVA DO CONTRATADO, TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DESTE PROCEDIMENTO, INCLUSIVE COM O TRANSPORTE.

8.10.3 A PEÇA DEVERÁ ESTAR LIMPA E INTEGRAL, ISENTA DE QUAISQUER DEFEITOS OU FALHAS QUE COMPROMETAM A SUA APRESENTAÇÃO E USO.

8.10.4 AS LINHAS DA COSTURA DEVEM ACOMPANHAR A COR DO TECIDO DAS CAMISETAS.

8.10.5 USAR LINHA DE COSTURA 120 E/OU 150.

8.10.6 A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS O CERTAME, 01 (UMA) AMOSTRA PARA CADA ITEM, RESPEITANDO A TABELA DE MEDIDAS, COM ETIQUETA INFORMANDO O NOME DO FABRICANTE E A COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESSE EDITAL, PROTOCOLADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

8.10.7 LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE OS MATERIAIS QUE COMPÕEM O LOTE DE FARDAMENTO SERÃO MANUSEADOS/UTILIZADOS POR CRIANÇAS E JOVENS DE DIVERSAS FAIXAS ETÁRIAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TORNA-SE INDISPENSÁVEL À EXIGÊNCIA DE QUE AS CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SEJAM APRESENTADAS ATRAVÉS DE DOCUMENTOS OFICIAIS DEVIDAMENTE CERTIFICADO PELO INMETRO, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS NORMATIVAS DE CADA UM DOS PRODUTOS.

8.10.8 PARA AVALIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS, NO MESMO PRAZO, LAUDOS TÉCNICOS QUE ATSTEM A CONFORMIDADE DOS PRODUTOS OFERTADOS, EM PLENA CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DAS ESPECIFICAÇÕES DO REFERIDO OBJETO. OS LAUDOS DEVERÃO SER EMITIDOS POR LABORATÓRIOS TÊXTEIS CREDENCIADOS OU ACREDITADOS AO INMETRO, COM DATA DE EMISSÃO A PARTIR DO ANO DE 2019, EMITIDOS EM NOME DA EMPRESA LICITANTE, E EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS PRODUTOS DESCRITOS NAS TABELAS ABAIXO:

8.10.9 EXIGIR A APRESENTAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS SÃO EXIGÊNCIAS QUE NÃO RESTRINGEM A PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES QUE FABRICAM E/OU REVENDEM PRODUTOS DESTE SEGMENTO E GARANTEM AO COMPRADOR A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE EXCELENTE QUALIDADE, APTOS A SEREM UTILIZADOS PELOS ALUNOS DE DIVERSAS IDADES. RESSALTA-SE QUE ESTA MEDIDA FOI ADOTADA EM EDITAIS ANTERIORES SEM NEGAR AOS INTERESSADOS CONDIÇÕES ISONÔMICAS DE PARTICIPAÇÃO E SOB O MANTO PROTETOR DE OUTRAS GARANTIAS LEGAIS. (VER EDITAIS DISPONÍVEIS NO PORTAL DE COMPRAS: WWW.COMPRASNET.GOV.BR – FNDE – UASG: 153173 - PE Nº 039/2014 – PROCESSO Nº 23034.000070/2014.



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

8.10.10 O fato de se exigir que tais laudos sejam emitidos por instituições filiadas ao INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, presente em todas regiões do país e em todos os Estados brasileiros, e que possui como associados diversas associações brasileiras de reconhecido destaque, centros tecnológicos, fundações de amparo à pesquisa, institutos técnicos, garante uma melhor confiabilidade nos laudos técnicos apresentados pelas empresas licitantes. Como o corpo técnico da Prefeitura Municipal não dispõe dos recursos e conhecimentos necessários para realizar tais testes, estes são atestados por meio de laudos técnicos e a exigência de tal filiação se justifica pelo reconhecimento e garantia da procedência destes laudos. (ver editais disponíveis no portal de compras: WWW.COMPRASNET.GOV.BR – FNDE – UASG: 153173 - PE Nº 039/2014 – Processo Nº 23034.000070/2014.

8.10.11 CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / LAUDOS DA MALHA CO/PES/CV:

LAUDOS CO/PES/CV			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	48% Algodão 34% Poliéster 18% Viscose	± 3%
Gramatura	NBR 10591:2008	160 g/m ²	± 5%
Solidez da cor à Lavagem	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 4 Migração: 4	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 4 Suor Ácido: Alteração: 4 Suor Alcalino: Migração: 4 Suor Alcalino: Alteração: 4	Mínima
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 10188:2017	Seco: Migração: 4 Seco: Alteração: 4 Úmido: Migração: 4 Úmido: Alteração: 4 Molhado: Migração: 4 Molhado: Alteração: 4	Mínima

Apresentar todos os laudos para a Malha CO/PES/CV.

8.10.12 CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / LAUDOS DA RIBANA PV:

LAUDOS RIBANA: GOLA E PUNHOS			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	62% Poliéster 35,60% Viscose 2,40% Elastano	± 3 %
Gramatura	NBR 10591:2008	240 g/m ²	± 5 %
Solidez da cor à Lavagem	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 3 Migração: 3	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 4 Suor Ácido: Alteração: 4	Mínima



		Suor Alcalino: Migração: 4 Suor Alcalino: Alteração: 4	
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 10188:2017	Seco: Migração: 4 Seco: Alteração: 4 Úmido: Migração: 4 Úmido: Alteração: 4 Molhado: Migração: 4 Molhado: Alteração: 4	Mínima

LAUDOS MALHA HELANCA 100% POLIAMIDA			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	100% Poliamida	Não se aplica
Gramatura	NBR 10591:2008	260 g/m ²	± 5 %
Solidez da cor à Lavagem	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 4 Migração: 4	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 4 Suor Ácido: Alteração: 4 Suor Alcalino: Migração: 4 Suor Alcalino: Alteração: 4	Mínima
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 10188:2017	Seco: Migração: 4 Seco: Alteração: 4 Úmido: Migração: 4 Úmido: Alteração: 4 Molhado: Migração: 4 Molhado: Alteração: 4	Mínima

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo solicitado pelo Pregoeiro no final da etapa de lances verbais e deverá:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3 Os descontos deverão ser expressos em percentual, em algarismo numérico e por extenso.

9.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



9.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de quarenta e oito horas para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros quarenta e oito horas, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio de publicação do Diário Oficial do Município.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3 A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

12.4 A adjudicação será feita considerando os preços por item da proposta do licitante vencedor que apresentará proposta reformulada.

13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia de execução para o presente processo licitatório.

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 03(três) dias úteis, conforme Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.7. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.8. a contratada reconhece que as hipóteses da nulidade são aquelas previstas no Título III, Capítulo XI da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

14.9. O prazo de vigência da contratação será definido no momento da contratação, não podendo extrapolar o exercício orçamentário da data da assinatura.

14.10. Previamente à contratação a Administração realizará consultas aos sites oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.11. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e



comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Órgão: 67 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 10101 – MDE – Secretaria de Educação

Projeto/Atividade: 2010 – Gestão das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2012 – Gestão das Ações da Educação Infantil(Creche)

Projeto/Atividade: 2013 – Gestão das Ações da Educação Infantil(Pré Escola)

Projeto/Atividade: 2011 – Gestão das Ações da Educação de Jovens e Adultos

Elemento/Despesa – 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 150010010000 – Recursos não Vinculados de Impostos – (Educação)

Fonte: 155000000000 – Transferência do Salário-Educação

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. Não assinar a Ata de registro de preços, quando cabível;

18.1.3. Apresentar documentação falsa;

18.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.6. Não mantiver a proposta;

18.1.7. Cometer fraude fiscal;

18.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) grupo(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

18.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema.

18.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitação@marau.ba.gov.br**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço **Rua das Amendoeiras, 296, Bairro Centro, Maraú, Bahia, CEP 45.520-000**.

19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome pelo seu representante credenciado, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

20.4. Incumbirá ao licitante acompanhar todos os atos proferidos durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer ordens emitidas e registradas em ato, principalmente nos casos em que se ausentar da sessão.

20.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

20.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico licitação@marau.ba.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço <https://bnccompras.com.>, Setor de Licitações e Contratos, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.13.1. ANEXO I - Termo de Referência

20.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

20.13.3. ANEXO III – Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

20.13.4. ANEXO IV – Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

20.13.5. ANEXO V – Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

20.13.6. ANEXO VI – Declaração que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

20.13.7. ANEXO VII – Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

20.13.8. ANEXO VIII – Minuta de Termo de Contrato

Maraú/Bahia, 12 de junho de 2024.

MANASSÉS SANTOS SOUZA
Prefeito



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada no ramo para aquisição de fardamento escolar para distribuição com alunos da Rede Municipal de Ensino, do interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2. DA JUSTIFICATIVA

1.1 O presente procedimento se justifica em função das necessidades decorrentes da demanda existente e daquela gerada em razão dos serviços prestados nas repartições das Secretarias Municipais, para o bom atendimento aos munícipes. O Registro de Preços visa atender, pelo período estimado de 01 (um) ano, as necessidades desta Prefeitura Municipal.

1.2 Com o intuito de manter o pleno funcionamento das atividades administrativas internas e de atendimento ao público sempre primando pela excelência no atendimento ao cidadão, a Prefeitura Municipal de Maraú, suas Secretarias e Fundos Municipais, veem-se diante da necessidade de aquisição de fardamentos para, para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

1.3 No quantitativo a seguir onde se encontra discriminado, estão incluídos os quantitativos Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; salienta-se, contudo, que todo o material a ser adquirido acima mencionadas será gerido e administrado pelo Setor de Compras, por conhecer melhor do objeto e estar apta a tal gerenciamento.

1.4 As especificações e quantidades contidas neste Termo se baseiam no Projeto de Aquisição do Setor de Compras.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas referentes à realização dos serviços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 67 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 10101 – MDE – Secretaria de Educação

Projeto/Atividade: 2010 – Gestão das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2012 – Gestão das Ações da Educação Infantil(Creche)

Projeto/Atividade: 2013 – Gestão das Ações da Educação Infantil(Pré Escola)

Projeto/Atividade: 2011 – Gestão das Ações da Educação de Jovens e Adultos

Elemento/Despesa – 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 150010010000 – Recursos não Vinculados de Impostos – (Educação)

Fonte: 155000000000 – Transferência do Salário-Educação

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:



Fornecer os produtos observando as qualificações técnicas, conforme definido neste Termo de Referência, e ainda atendendo as condições e quantidades estipuladas, no prazo de 30(Trinta) dias após a Autorização de fornecimento emitida pelo Setor de Compras;

Todas as despesas com a entrega dos produtos, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado;

Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do objeto contratado;

Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

Permitir à contratante fiscalizar a entrega que estiver sendo executada, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo os mesmos sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;

Responsabilizar-se integralmente pelos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente;

Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido;

Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados aos bens fornecidos.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante compromete-se a:

Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da vencedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

Exercer a fiscalização e acompanhamento do objeto entregue por servidores especialmente designados pela Administração, através da Portaria nº 164/2023 de 29 de dezembro de 2023 na forma prevista na Lei Federal 14.133/2021, sendo que a presença deste servidor não eximirá a responsabilidade da Contratada;

Aplicar multa, suspender o pagamento, caso a Contratada desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Edital;

Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na execução do objeto da presente aquisição;

Comunicar à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DO PAGAMENTO

A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao responsável pelo recebimento dos produtos, o qual terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais.

A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável em atestar o recebimento do bem ou serviço.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura.



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado de 05 dias úteis para o responsável pelo recebimento atestar, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.

O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal, mantidas as exigências contidas no edital.

A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias.

A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, número da Nota de Empenho, à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto a Receita Federal do Brasil;

Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto a Secretaria da Fazenda do Estado da sede da empresa;

Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto a Secretaria da Fazenda Municipal da sede da empresa;

Certidão de Regularidade junto à Caixa Econômica Federal (CRF);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Lote Único

Valor estimado do Lote R\$: 943.030,00(Novecentos e quarenta e três mil e trinta reais)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.
------	---------------	------	------



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

01	CONJUNTO FEMININO - O conjunto compreende: 01 Short-Saia confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m², (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m², (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 03 anos . Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.	Conj.	500
02	CONJUNTO FEMININO - O conjunto compreende: 01 Short-Saia confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m², (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m², (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 04 anos . Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.	Conj.	1000
03	CONJUNTO FEMININO - O conjunto compreende: 01 Short-Saia confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m², (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de	Conj.	1000



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

	Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m², (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 06 anos. Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.		
04	CONJUNTO FEMININO - O conjunto compreende: 01 Short-Saia confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m², (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m², (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 08 anos. Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.	Conj.	1000
05	CONJUNTO FEMININO - O conjunto compreende: 01 Short-Saia confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m², (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m², (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose	Conj.	1000



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

	2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 10 anos. Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.		
06	CONJUNTO FEMININO - O conjunto compreende: 01 Short-Saia confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m ² , (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m ² , (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 12 anos. Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.	Conj.	1000
07	CONJUNTO MASCULINO - O conjunto compreende: 01 Bermuda confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m ² , (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m ² , (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 03 anos. Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor	Conj.	500



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

	preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.		
08	CONJUNTO MASCULINO - O conjunto compreende: 01 Bermuda confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m ² , (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m ² , (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 04 anos . Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.	Conj.	1000
09	CONJUNTO MASCULINO - O conjunto compreende: 01 Bermuda confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m ² , (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m ² , (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 06 anos . Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.	Conj.	1000
10	CONJUNTO MASCULINO - O conjunto compreende: 01 Bermuda confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida,	Conj.	1000



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

	com gramatura de 260 g/m ² , (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m ² , (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 08 anos . Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.		
11	CONJUNTO MASCULINO - O conjunto compreende: 01 Bermuda confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m ² , (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01 Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m ² , (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 10 anos . Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.	Conj.	1000
12	CONJUNTO MASCULINO - O conjunto compreende: 01 Bermuda confeccionado em tecido Helanca 100% Poliamida, com gramatura de 260 g/m ² , (tolerância de +/- 5%), cor/modelo a definir, cintura com elástico largo de 2,0cm embutido e rebatido com máquina ponto corrente de três agulhas, com aplicação da logomarca da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal inferior da aba da saia, lado esquerdo, através de silkscreen (modelo anexo). 01	Conj.	1000



	Camisa com mangas confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância) de +/- 3%), com gramatura de 160g/m², (tolerância de +/- 5%), ribana em malha PV 62% Poliéster 35,50% Viscose 2,50% Elastano cor/modelo a definir, Tamanho 12 anos. Com aplicação da logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Educação, localizados na parte frontal esquerda, altura do peito, através de silkscreen (modelo anexo). Na parte interna da peça, deverá ser costurada uma etiqueta resinada, na cor branca, com os caracteres tipográfico dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem e tamanhos. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes e separadas por Unidade Escolar.		
13	CAMISA PERSONALIZADA COM LOGOMARCA – Camisa, confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, (tolerância de +/- 3%), com gramatura de 160g/m², (tolerância de +/- 5%), na cor azul claro, manga curta, com gola careca e punhos confeccionados em Ribana 62% Poliéster, 35,50% Viscose e 2,50% Elastano, (tolerância de +/- 3%), com gramatura de 260g/m², (tolerância de +/- 5) Tamanhos diversos, tiragem mínima 50 camisas A peça deve estar limpa e íntegra, isenta de qualquer defeito que comprometa sua apresentação. Todas as peças deverão ser embaladas em sacos plásticos transparentes.	Und.	18.000

APÓS A FINALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO, OS MATERIAS DEVERÃO SER ENTREGUAS NO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE MARAÚ.

8. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS / CONTROLE DE QUALIDADE:

- OS PRODUTOS DEVERÃO SER DE BOA QUALIDADE (1ª LINHA). O QUE NÃO ATENDER A ESTA EXIGÊNCIA SERÁ DEVOLVIDO AO FORNECEDOR, DEVENDO O MESMO SER SUBSTITUÍDO, CORRENDO POR CONTA EXCLUSIVA DO CONTRATADO, TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DESTE PROCEDIMENTO, INCLUSIVE COM O TRANSPORTE.
- A PEÇA DEVERÁ ESTAR LIMPA E ÍNTEGRA, ISENTA DE QUAISQUER DEFEITOS OU FALHAS QUE COMPROMETAM A SUA APRESENTAÇÃO E USO.
- AS LINHAS DA COSTURA DEVEM ACOMPANHAR A COR DO TECIDO DAS CAMISETAS.
- USAR LINHA DE COSTURA 120 E/OU 150.
- A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS O CERTAME, 01 (UMA) AMOSTRA PARA CADA ITEM, RESPEITANDO A TABELA DE MEDIDAS, COM ETIQUETA INFORMANDO O NOME DO FABRICANTE E A COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESSE EDITAL, PROTOCOLADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

- LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE OS MATERIAIS QUE COMPÕEM O LOTE DE FARDAMENTO SERÃO MANUSEADOS/UTILIZADOS POR CRIANÇAS E JOVENS DE DIVERSAS FAIXAS ETÁRIAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TORNA-SE INDISPENSÁVEL À EXIGÊNCIA DE QUE AS CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SEJAM APRESENTADAS ATRAVÉS DE DOCUMENTOS OFICIAIS DEVIDAMENTE CERTIFICADO PELO INMETRO, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS NORMATIVAS DE CADA UM DOS PRODUTOS.
- PARA AVALIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS, NO MESMO PRAZO, LAUDOS TÉCNICOS QUE ATSTEM A CONFORMIDADE DOS PRODUTOS OFERTADOS, EM PLENA CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DAS ESPECIFICAÇÕES DO REFERIDO OBJETO. OS LAUDOS DEVERÃO SER EMITIDOS POR LABORATÓRIOS TÊXTEIS CREDENCIADOS OU ACREDITADOS AO INMETRO, COM DATA DE EMISSÃO A PARTIR DO ANO DE 2019, EMITIDOS EM NOME DA EMPRESA LICITANTE, E EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS PRODUTOS DESCRITOS NAS TABELAS ABAIXO:
 - * EXIGIR A APRESENTAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS SÃO EXIGÊNCIAS QUE NÃO RESTRINGEM A PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES QUE FABRICAM E/OU REVENDEM PRODUTOS DESTE SEGMENTO E GARANTEM AO COMPRADOR A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE EXCELENTE QUALIDADE, APTOS A SEREM UTILIZADOS PELOS ALUNOS DE DIVERSAS IDADES. RESSALTA-SE QUE ESTA MEDIDA FOI ADOTADA EM EDITAIS ANTERIORES SEM NEGAR AOS INTERESSADOS CONDIÇÕES ISONÔMICAS DE PARTICIPAÇÃO E SOB O MANTO PROTETOR DE OUTRAS GARANTIAS LEGAIS. (VER EDITAIS DISPONÍVEIS NO PORTAL DE COMPRAS: WWW.COMPRASNET.GOV.BR – FNDE – UASG: 153173 - PE Nº 039/2014 – PROCESSO Nº 23034.000070/2014.
 - * O fato de se exigir que tais laudos sejam emitidos por instituições filiadas ao INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, presente em todas regiões do país e em todos os Estados brasileiros, e que possui como associados diversas associações brasileiras de reconhecido destaque, centros tecnológicos, fundações de amparo à pesquisa, institutos técnicos, garante uma melhor confiabilidade nos laudos técnicos apresentados pelas empresas licitantes. Como o corpo técnico da Prefeitura Municipal não dispõe dos recursos e conhecimentos necessários para realizar tais testes, estes são atestados por meio de laudos técnicos e a exigência de tal filiação se justifica pelo reconhecimento e garantia da procedência destes laudos. (ver editais disponíveis no portal de compras: WWW.COMPRASNET.GOV.BR – FNDE – UASG: 153173 - PE Nº 039/2014 – Processo Nº 23034.000070/2014.

*** CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / LAUDOS DA MALHA CO/PES/CV:**

LAUDOS CO/PES/CV			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	48% Algodão 34% Poliéster 18% Viscose	± 3%
Gramatura	NBR 10591:2008	160 g/m ²	± 5%
Solidez da cor à Lavagem	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 4 Migração: 4	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 4 Suor Ácido: Alteração: 4 Suor Alcalino: Migração: 4 Suor Alcalino: Alteração: 4	Mínima
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 10188:2017	Seco: Migração: 4 Seco: Alteração: 4 Úmido: Migração: 4 Úmido: Alteração: 4 Molhado: Migração: 4 Molhado: Alteração: 4	Mínima

Apresentar todos os laudos para a Malha CO/PES/CV.

*** CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / LAUDOS DA RIBANA PV:**

LAUDOS RIBANA: GOLA E PUNHOS			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	62% Poliéster 35,60% Viscose 2,40% Elastano	± 3 %
Gramatura	NBR 10591:2008	240 g/m ²	± 5 %
Solidez da cor à Lavagem	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 3 Migração: 3	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 4 Suor Ácido: Alteração: 4 Suor Alcalino: Migração: 4 Suor Alcalino: Alteração: 4	Mínima
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 10188:2017	Seco: Migração: 4 Seco: Alteração: 4 Úmido: Migração: 4 Úmido: Alteração: 4 Molhado: Migração: 4 Molhado: Alteração: 4	Mínima

LAUDOS MALHA HELANCA 100% POLIAMIDA			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	100% Poliamida	Não se aplica
Gramatura	NBR 10591:2008	260 g/m ²	± 5 %
Solidez da cor à Lavagem	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 4 Migração: 4	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 4 Suor Ácido: Alteração: 4 Suor Alcalino: Migração: 4 Suor Alcalino: Alteração: 4	Mínima
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 10188:2017	Seco: Migração: 4 Seco: Alteração: 4 Úmido: Migração: 4 Úmido: Alteração: 4 Molhado: Migração: 4 Molhado: Alteração: 4	Mínima



9. PRAZO DE ENTREGA:

ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

OBSERVAÇÃO: Imagens ilustrativas.

Divergências entre as imagens e as especificações, prevalecem as especificações:

DESENHO TÉCNICO E TABELA DE MEDIDAS:

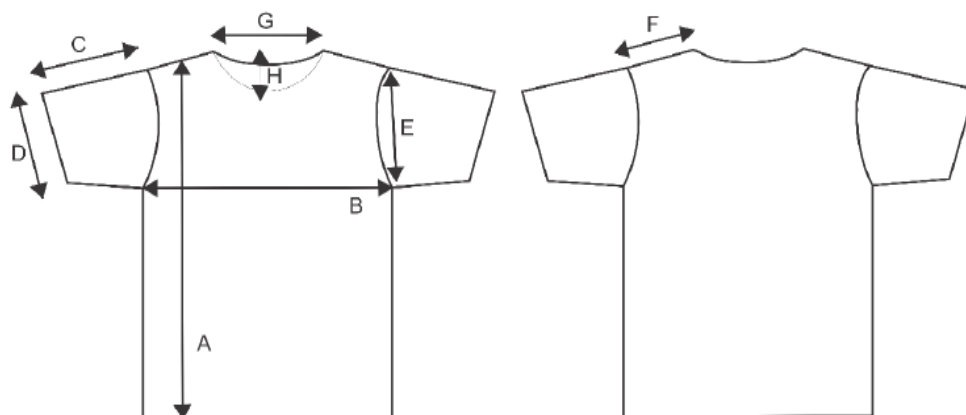


TABELA DE DIMENSÕES CAMISA MANGA CURTA

TAMANHOS	INFANTIL				INFANTO-JUVENIL				ADULTO			
	2	4	6	8	10	12	14	16/PP	P	M	G	GG
A – Comprimento do Corpo	43	46	49	52	55	58	61	64	67	70	73	76
B – Largura do Corpo	35	37	39	41	43	45	47	49	51	54	57	60
C – Comprimento da Manga	11	12	13	14	15	16	17	18	20	21	22	23
D – Abertura da Manga	11	12	12	14	14	15	15	17	17	18	19	21
E – Cava da Reta	15	16	17	18	20	21	22	23	24	25	26	27
F – Comprimento do Ombro	7	8	8	9	10	11	12	12	13	14	15	16
* Tolerância de variação de medidas em 1,5 cm para mais ou para menos.												



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Ilmo. Sr. Pregoeiro:

A Empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo) _____, propõe-se a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, e nos valores abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR EM R\$:	
					UNIT	TOTAL
01						
02						
Valor total R\$:						

– Validade da Proposta de Preços: 60 (Sessenta) dias, a contar da data de apresentação.

– **Prazo de Execução dos Serviços:** Conforme Edital.

– **Dados para pagamento:**

– Banco (Nome/nº):

– Agência:

– Conta:

– **Informações para assinatura do Contrato:**

– Nome:

– Cargo:

– RG:

– CPF:

Telefone/Fax:

E-mail:

Local e data:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

_____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, **declara**, sob as penas da lei, principalmente as previstas na lei 14.133/2021, especialmente em face do quanto disposto neste edital, o pleno conhecimento e atendimento a todas as exigências de habilitação constantes do edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas.

_____, ____ de _____ de 2____

Assinatura e Nome

(no caso de se tratar de representante legal do(a) requerente, complementarmente indicar: Por Procuração / Sócio Gerente / Sócio /)



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

_____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, **declara**, sob pena da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº ____/2024, bem como estar ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2____

Assinatura e Nome

(no caso de se tratar de representante legal do(a) requerente,
complementarmente indicar: Por Procuração / Sócio Gerente / Sócio /)

Observação:

***Serão aceitos atestados (ou declarações) com outras redações e formatações,
desde que constem todos os elementos exigidos no presente modelo.***



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

ANEXO V

DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DO MENOR

_____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, **declara**, para o fim de cumprimento da exigência prevista, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, com o que satisfaz, plenamente, ao prescrito no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

_____, ____ de _____ de 2____

Assinatura e Nome

(no caso de se tratar de representante legal do(a) requerente,
complementarmente indicar: Por Procuração / Sócio Gerente / Sócio /)

Observação:

Serão aceitos atestados (ou declarações) com outras redações e formatações, desde que constem todos os elementos exigidos no presente modelo.



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), Doravante denominado Licitante para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2024, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº ____/2024 foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº ____/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº ____/2024 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº ____/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº ____/2024 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº ____/2024 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº ____/2024 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº ____/2024 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Maraú/BA antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de 2____

Assinatura e Nome

(no caso de se tratar de representante legal do(a) requerente,
complementarmente indicar: Por Procuração / Sócio Gerente / Sócio /)



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EM TRABALHOS FORÇADOS

nº _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, **declara**, que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do artigo 1º e inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

_____, ____ de _____ de 2____

Assinatura e Nome

(no caso de se tratar de representante legal do(a) requerente, complementarmente indicar: Por Procuração / Sócio Gerente / Sócio /)



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO Nº ____/____
PROCESSO Nº ____/____-____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARAÚ E A
EMPRESA _____, DECORRENTE DO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024
E DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE MARAÚ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 13.848.973/0001-27, localizado na Rua das Amendoeiras, 296, Bairro Centro, Maraú, Bahia, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela seu Prefeito o Sr **MANASSÉS SANTOS SOUZA**, brasileiro, casado, técnico de contabilidade, portador da cédula de identidade RG Nº. **3469403-03**, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e do CPF/MF nº. **357.771.335-68**, residente e domiciliado na **Av. Beira Mar, nº 238-C, Centro, Maraú, Bahia**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, com sede no(a) _____, nº ____ – ____º andar – _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____ representada neste ato pelo(a) seu(sua) _____ (cargo)_____, Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, expedida por ____/____ e CPF/MF nº _____._____._____-_____, _____._____._____/_____-_____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº ____/____, consoante o Processo Administrativo nº ____/____ e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a _____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação e a Proposta da **CONTRATADA**, datada de ____/____/____, seus Anexos e demais elementos constantes do referido processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

2.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$:_____,_____
(_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao Município.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a contratada deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os preços constantes da proposta anexa a este contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

3.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Órgão: 67 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 10101 – MDE – Secretaria de Educação

Projeto/Atividade: 2010 – Gestão das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2012 – Gestão das Ações da Educação Infantil(Creche)

Projeto/Atividade: 2013 – Gestão das Ações da Educação Infantil(Pré Escola)

Projeto/Atividade: 2011 – Gestão das Ações da Educação de Jovens e Adultos

Elemento/Despesa – 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 150010010000 – Recursos não Vinculados de Impostos – (Educação)

Fonte: 155000000000 – Transferência do Salário-Educação

PARÁGRAFO ÚNICO – A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao Município, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência deste Contrato é de ____/____/____ a ____/____/____, contados da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município e no PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A critério do CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este Contrato pode ser prorrogado, conforme Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante Termo Aditivo, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração das condições e dos preços contratados.



“Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato”

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1.1 A Contratada obriga-se a:

- a) Fornecer os veículos observando as qualificações técnicas, conforme definido neste contrato, e ainda atendendo as condições e quantidades estipuladas, no prazo de 30(Trinta) dias após a Autorização de fornecimento emitida pelo Setor de Compras;
- b) Todas as despesas com a entrega dos veículos, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado;
- c) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do objeto contratado;
- d) Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- e) Permitir à contratante fiscalizar a entrega que estiver sendo executada, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo os mesmos sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;
- f) Responsabilizar-se integralmente pelos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente;
- g) Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido; Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados aos bens fornecidos.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.2.1 A Contratante compromete-se a:

- a) Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da vencedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;



- b) Aplicar multa, suspender o pagamento, caso a Contratada desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Edital;
- c) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na execução do objeto da presente aquisição;
- d) Comunicar à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização e acompanhamento do objeto entregue por Servidor especialmente designados pela Administração, através da Portaria nº 164/2023 de 29 de dezembro de 2023 na forma prevista na Lei Federal 14.133/2021, sendo que a presença deste servidor não eximirá a responsabilidade da Contratada;

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1 Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 – O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções prevista no Art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

“Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”

9.2 – A inexecução, parcial ou total, do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Maraú e multa, de acordo com a gravidade da infração.

9.3 – A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

9.3.1 – 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parte do material não entregue, até o trigésimo dia de atraso;



9.3.2 – 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parte do material não entregue, a partir do trigésimo dia de atraso.

9.4 – O CONTRATANTE se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste contrato.

9.5 – As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.6 – Se a CONTRATADA der causa, por duas vezes, à aplicação da penalidade prevista na cláusula oitava deste contrato, poderá ficar suspensa, temporariamente, de participar em licitação e impedida de licitar e contratar com a Administração, na forma do inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação desta mesma sanção na hipótese de cometimento de outras faltas que o justifiquem.

9.7 – Antes da aplicação de qualquer penalidade à CONTRATADA, serão garantidos a esta a ampla defesa e o contraditório. Enquanto não houver decisão definitiva do CONTRATANTE acerca das multas a serem aplicadas a CONTRATADA, ficará retida a parte do pagamento a ela correspondente, sendo, posteriormente liberado, em caso de absolvição, e definitivamente descontado do pagamento, em caso de condenação na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua nulidade, conforme disposto no Título III, Capítulo XI da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste Contrato pode ser:

- a)** determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a III do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, notificando-se a CONTRATADA;
- b)** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; ou
- c)** judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão deverá ser acompanhada do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e das indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Maraú
Estado da Bahia
CNPJ: 13.848.973/0001-27
Setor de Licitações e Contratos

11.1 A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, no Diário Oficial do Município e no PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itacaré no Estado da Bahia para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

12.2 E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 02(duas) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial do CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes.

Maraú/Bahia, ____ de _____ de _____

PELO CONTRATANTE

PELA CONTRATADA